

ACTA N.º 2/2011

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e onze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010. INFORMAÇÃO N.º. 14/DGFEP/2011.**
- 3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO N.º. 1 DO ARTº 6º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES DE 22/02/2011.**
- 4. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas:

Paulo Alexandre Gomes da Cunha
Alexandre Crespo Dias

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Maria da Assunção Anes Morais
Maria da Graça Rodrigues Silva
Maria Aline Ferreira Silva Caetano
Luís Manuel Areias Fontes
Ana Paula Fernandes Moura
Ana Margarida Vaz Alves Chaves
Rui Jorge Lousada Alves

No início dos trabalhos o Senhor Presidente da Mesa propôs um voto de pesar pelo recente falecimento da filha do Senhor deputado Gilberto Gomes Alves, respeitando um minuto de silêncio.

A acta número um, referente à sessão anterior, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

O Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha pediu para que na página sete onde se diz “fez um ataque cerrado ao Serviço Nacional de Saúde”, deverá dizer-se: “ a CDU fez um ataque cerrado à política de Saúde do Governo”.

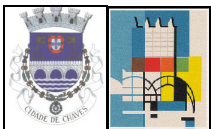
Posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se no “**Período Antes da Ordem do Dia**”.

Neste período da Ordem de trabalhos usaram da palavra os seguintes deputados:

LUÍS DIS DE CARVALHO do PSD – iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes para em seguida dizer:

“Comemoraram-se na passada segunda feira - dia 25 de Abril – trinta e sete anos de uma Revolução. Penso que todos os Portugueses de boa fé devem fazer uma reflexão do que passou.



No dia 25 de Abril de 1974 eu tinha dezassete anos e frequentava o Ensino Secundário. Tinha muitos sonhos e continuo a sonhar. Muitos dos que aqui estão presentes viveram com intensidade esses dias, viram-se envolvidos pela primeira vez na cidadania, na vida activa da sociedade. Fiz parte dos primeiros Órgãos democráticos na Escola que então frequentava e, com outros colegas, começámos a participar activamente na vida cívica e a ter consciência dos problemas que a todos nos afectam. Passados estes anos é bom que façamos uma reflexão, sem paixões, com distância, porque a História se encarregará de a fazer; os historiadores conseguem distanciar-se e, objectivamente, fazer a leitura dos últimos trinta e sete anos. Foram várias as conquistas. Conquistou-se a liberdade, o direito de expressão, de opinião, a liberdade de imprensa, infra-estruturas necessárias a todos os níveis desde a cultura à economia e ao social. Todas estas conquistas são muito importantes; o direito de poder opinar livremente é muito importante, embora hoje haja cidadãos que, após trinta e sete anos, ainda têm medo de expressar as suas opiniões livremente, nos diversos fóruns e muitas vezes preferem acomodar-se e resignar-se.

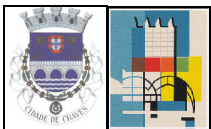
Se há aspectos em que efectivamente o país progrediu, essas conquistas ainda estão muito aquém das necessidades do nosso povo. Nos últimos vinte anos e esta é a opinião de muitos economistas sérios e honestos, a riqueza produzida em Portugal está nas mãos de apenas dez por cento da população portuguesa. A classe média está proletarizada, está empobrecida, está endividada; aqueles que eram pobres hoje estão ainda mais pobres. Há uma grande injustiça na distribuição da riqueza. Há que reflectir. A democracia não se compra nos supermercados aos quilos. Há pessoas a quem lhes basta expressar que são democratas para se arrogarem os donos da verdade. Este empobrecimento da classe média só nos pode conduzir a uma situação dramática. É esta “nova nobreza” - os tais 10% da população – que são os privilegiados e que usam a ética hipocritamente. No dia 25 de Abril ouvi-os a falar ao povo e seria bom que pensassem que os milhões que têm na sua posse resolviam os problemas sociais e matabam a fome de muita gente. Seria justo para a classe média porque é ela o motor da economia em qualquer parte do mundo.

Democracia sim, trabalho sim, mérito sim e muito. Muitas das pessoas que integram os tais 10% não têm mérito e são incompetentes. Uma parte da classe política é co-responsável por esta situação em que nos encontramos e todos sabemos isso. Este não é o País com que eu sonhei depois do 25 de Abril. O 25 de Abril ainda está por cumprir e já lá vão trinta e sete anos”.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – depois dos cumprimentos disse que há algum tempo atrás, numa 6ª.feira à noite, estacionou a sua viatura pessoal na Rua do Olival, junto do estabelecimento comercial designado “Jomani” e foi jantar ao Restaurante Faustino. Quando regressou deparou-se com uma multa de 60,00€ para pagar. Dirigiu-se à PSP onde o informaram que aquele local é reservado a moradores. “É uma armadilha que ali está, porque já outras pessoas ali foram multadas e tem de se por fim a esta situação.

Eu não sou contra a que os moradores sejam detentores de um cartão e estacionem gratuitamente, o que não concordo é que aquele pedaço da rua – que é um espaço público, fora do Centro Histórico - esteja integralmente reservado 24 horas a título gratuito, com um parque de estacionamento mesmo ali ao lado. O poste ali existente deve ser retirado porque é injusto, cria diferenciação e espero que esse assunto seja analisado pelos serviços competentes da Autarquia.

Este ano o “25 de Abril” foi festejado de uma forma mais suave, o que lamento porque é uma data que deve ser devidamente celebrada. Na sociedade actual há um debate interessante que tem a ver com a relação entre a segurança e a liberdade. Há quem defenda mais segurança e para isso é necessário que se restrinjam determinadas liberdades aos cidadãos e há quem defenda liberdades absolutas com menos



segurança. A liberdade de cada um acaba onde começa a do outro, porque se assim não fosse não viveríamos em sociedade. Mas este debate é actual e há uma visão de direita que é mais policial, a favor da segurança e menos a favor da liberdade/libertinagem, circunstância que acontece muito nos dias de hoje e há uma postura mais de esquerda que defende uma maior liberdade, uma maior responsabilidade dos cidadãos. Embora as comemorações que se têm realizado lembrem o acto, a agitação e a mobilização social devem reunir mais movimento porque as conquistas da liberdade e da democracia não são absolutas nem eternas. Devemos manter a atenção e a discórdia no debate destas questões mas discuti-las e não calá-las. O Calarmo-nos sobre elas significa que não damos importância a este grande debate entre a liberdade e a segurança que são hoje os grandes objectivos em termos da boa vivência colectiva.

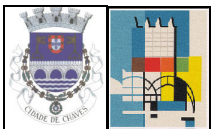
MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que a CDU, no essencial, subscreve a intervenção do Senhor deputado Luís Dias de Carvalho.

Quando as pessoas falam com o coração vêm de encontro às linhas preconizadas pelo Partido Comunista.

“O Senhor deputado reconheceu que nos últimos vinte anos foi criado um conjunto de leis que permitiram, a um núcleo restrito de pessoas enriquecer, sem riscos, à custa do Estado mas o essencial do seu enriquecimento foi feito com privatizações, com IRC'S, com resgates bancários à medida, e agora vem a factura para os mesmos de sempre; os que trabalham, os mais pobres e até para a classe média. Esta intervenção reflectiu o passo que é preciso dar na análise da situação e, na sequência da reflexão. É necessário ser coerente e quando forem chamados a expressar a vossa vontade sobre os destinos do País, utilizem a reflexão que o Senhor deputado Luís de Carvalho utilizou porque tudo o que ele disse é verdade. Só não foi consequente a reconhecer quem são os agentes que depois saem do Governo e vão para as empresas e vice-versa. São sempre os mesmos. E tem razão quando disse que têm uma arrogância infinita porque se consideram os melhores do mundo. Há quem considera normal e justo ganhar 110 mil euros por mês porque se deve considerar um génio e foram estes Senhores que o Engenheiro Sócrates, que o Dr. Santana Lopes e o Engenheiro Guterres puseram em cima. Mas quando chega a crise sacodem a água do capote. Não devemos esquecer quem são, na realidade, estes Senhores e quem eram os Senhores do BPN que agora estão a contas com a justiça.

O PCP e a CDU comemoram todos os anos o “25 de Abril” e não esquecem que a Revolução foi feita para que pudesse haver uma convergência do nível de vida das pessoas e uma dignificação do trabalho. No entanto, comandados pela União Europeia, governos do PS e do PSD pagaram para que fossem arrancadas vinhas, olivais, produzíssemos menos batatas, fechássemos os caminhos-de-ferro, diminuíssemos a frota pesqueira, fechássemos a indústria metalo-mecânica e agora dizem que o País não é viável. Os Senhores do poder, que são sempre os mesmos, e já estiveram todos no Governo, vieram dizer que o PS e PSD têm de se entender. Por isso é bom que amenizem o discurso porque daqui a três meses, a menos que haja um sobressalto cívico, vão estar no Governo de mão dada. As Assembleias Municipais vão ser mais pacíficas até porque o número dos seus representantes vai diminuir porque os Presidentes de Junta vão deixar de ter representação neste Órgão porque isso representa uma despesa considerada inaceitável. Os custos da democracia são inaceitáveis, mas não são inaceitáveis os quatro mil milhões de euros pagos para resgatar o BPN.

É esta a reflexão que os comunistas gostavam de deixar nesta Assembleia Municipal, porque quando nós denunciávamos que a precariedade do trabalho, numa altura em que os senhores ultraliberais do PS e do PSD defendiam o trabalho precário porque



isso é que criava emprego. É por essa razão é que hoje existem 12% de desempregados.

A CDU há um ano que vem a alertar, esta Assembleia, para a crise grave que se aproximava e que só o Senhor Eng.º Sócrates não a queria ver. O tempo de crise permite o direito à indignação e a transformar essa indignação de forma consequente para que se possam mudar as políticas. Viva o “25 de Abril”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentou os presentes e corrigiu o Senhor deputado Manuel Cunha quando individualizou nomes dizendo que o Senhor Dr. Pedro Passos Coelho ainda não é Primeiro - Ministro, nunca o foi e nunca esteve no Governo. Para além disso nos últimos dezasseis anos o PSD foi Governo em coligação com o CDS/PP três anos.

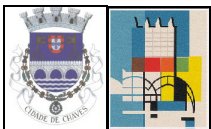
Relativamente ao “25 de Abril” o PSD propôs várias vezes nesta Assembleia Municipal que fosse nomeada uma Comissão para as comemorações dessa efeméride, desafio que continuo a deixar aqui. Houve um ano que celebrámos esse dia em conjunto com a CDU mas o PS optou por festejar à parte. Se entenderem que no próximo ano podemos fazer as cerimónias de comemoração com todas as forças políticas o PSD está uma vez mais disponível, como sempre esteve.

A questão que aqui me traz - criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega - vem no seguimento das posições públicas assumidas pelo PSD e demais forças políticas, na sequência de várias Propostas e Moções apresentadas e aprovadas por esta Assembleia Municipal, seu envio aos vários Órgãos responsáveis directa e indirecta, nesta matéria, e da Petição Pública colectiva que foi entregue na Assembleia da República em 28 de Outubro de 2010, com mais de seis mil assinaturas. Após a sua discussão naquele Órgão, em 24 de Fevereiro de 2011, em conformidade com os vários Projectos de Resolução apresentados por diversos Partidos Políticos, designadamente o PSD, o PS, a CDU, o Bloco de Esquerda e os Verdes, e ainda na continuidade desse Projectos de Resolução e da aprovação, por unanimidade, na AR no dia 25 de Março de 2011, de um Projecto único para a criação da ULS e de medidas urgentes para o Hospital de Chaves, o Grupo Municipal do PSD congratula-se com a publicação em Diário da República – I Série – do dia 26 de Abril de 2011, que traduz o que referido Projecto de Resolução recomendava.

Entendemos que o caminho se faz caminhando. Demos apenas mais um passo na luta que todos juntos encetámos em 2006, sempre com o objectivo primário de servir mais e melhor as populações do Alto Tâmega; estão agora criadas as condições para que essas mesmas populações voltem a ter esperança na Unidade Hospitalar de Chaves. Termina com uma citação do Senhor deputado António Cabeleira na sua brilhante intervenção na Assembleia da República em 24 de Fevereiro. «... Reconhecer os erros e corrigi-los é uma atitude superior, hoje, que se vivem tempos difíceis exigem-se atitudes superiores» fim de citação.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – cumprimentou os presentes e em seguida fez a seguinte pergunta sobre a estação dos CTT em Vidago.

“Consta que a administração dos CTT se propõe encerrar a estação dos correios em Vidago. Gostava de saber se o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento deste facto, se a administração dos CTT fez alguma diligência junto do Município e se tem alguma coisa a acrescentar. Convém recordar que a estação dos CTT de Vidago foi inaugurada em 1835 pelo Ministro do Reino Rodrigo Fonseca de Magalhães e desde essa data funcionou ininterruptamente. É uma perda que considero muito grave o encerramento destes serviços naquela Vila”.



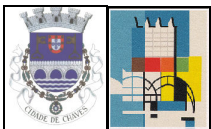
JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS do PSD – depois dos cumprimentos informou que entregou um documento ao mais alto nível do Estado e da Autoridade Eclesiástica da Igreja Católica, sobre o estado de saúde na área de influência do Hospital de Chaves e da Resolução da AR nº. 92/2011, que resumiu em traços gerais, nesta intervenção.

Disse que esse documento foi com conhecimento aos excelentíssimos representantes das metrópoles eclesiais da Igreja Católica Portuguesa, nomeadamente o Exm^o. Senhor Patriarca do Patriarcado de Lisboa, o Senhor Arcebispo da Arquidiocese de Braga, Senhor Arcebispo da Arquidiocese de Évora e o Senhor Arcebispo do Ordenariato Castrense de Portugal; aos Senhores representantes do Estado e Sociedade Civil, nomeadamente ao Senhor Presidente da República Portuguesa, Senhor Primeiro – Ministro, Ministra da Saúde, Senhor Presidente da AR, Senhor Presidente da ARS Norte, Senhor Presidente da Ordem dos Médicos, Senhor Presidente da Entidade Reguladora da Saúde, Senhor Presidente da Comissão de Ética e das Ciências para a Vida, Senhor Presidente da Comissão Parlamentar da Saúde, Senhores Líderes das bancadas dos Partidos com assento na AR. Disse ainda que iria entregar em mão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, bem como aos respectivos representantes dos Municípios do Alto Tâmega na AMAT, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves e aos líderes dos diferentes Partidos com assento na Assembleia Municipal de Chaves

“O País encontra-se num período particularmente difícil da sua vida como Nação soberana e independente. As razões desta situação são bem conhecidas de todos, apesar das divergências que possam existir entre nós, sobre os diferentes aspectos causais e a sua importância relativa para o desencadear desta situação. Foi aprovada e publicada uma recomendação na I Série do Diário da República de 26 de Abril de 2011, que vista à eventual criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega. De facto o caminho está todo por fazer mas as dificuldades dos utentes do Alto Tâmega, no que concerne ao acesso a cuidados de saúde diferenciados, com qualidade, segurança e equidade, vão subsistindo. Por motivos éticos não posso deixar de exprimir as minhas preocupações e o meu pensamento através de uma missiva, na forma de um monólogo com Deus, como forma de testemunho da minha fé e porque considero que tal atitude é tão legítima e tão moderna quanto a daqueles que preconizam e defendem a laicidade do Estado. (Não posso deixar de contestar a utilização do nome de Deus por parte do Senhor deputado Manuel Cunha, porque Deus, na sua evangelização, nunca protegeu os poderosos; os seus representantes na terra talvez e também estou cá para os criticar).

Este Governo que se diz social, dificultou o transporte dos doentes no território nacional, fechou a Misericórdia de Valpaços por desentendimentos económicos entre o Senhor Provedor da Misericórdia e uma Empresa Privada Espanhola que explorava as convenções que o Estado havia efectuado com aquele Organismo. Neste ponto refiro-me às dificuldades que sentem os utentes da região de Valpaços, em que, cada vez mais, têm um acesso difícil aos seus dados clínicos que estavam na posse da Misericórdia; não foram referenciados, atempadamente, os utentes detentores de doenças crónicas, para outros médicos e outras Instituições hospitalares, para além das dificuldades sócio – laborais que foram sentidas pelos vários funcionários que ali trabalhavam.

Questionei o futuro da Misericórdia de Valpaços porque se fala muito do que se pretende, até se comenta que existe um grande projecto que é o Hospital da Terra Quente em Mirandela e que resulta de uma grande parceria entre o Estado, a Misericórdia de Mirandela e a CESPU, que vai ter um tratamento especial, acarinhado pelo Governo, numa altura em que há tantas dificuldades económicas. Quando entender que existe tratamento discriminatório estarei aqui para levantar a minha voz.



Seguiu-se uma reflexão sobre a pobreza em Portugal. Os Pediatras não estão alheios. O penúltimo artigo editorial da Acta Pediátrica Portuguesa refere o papel do Pediatra na pobreza e na exclusão social. Estou aqui profissionalmente e de corpo inteiro e não por outro interesse que não seja defender claramente os princípios e valores éticos e democráticos fundamentais.

Referi também na minha missiva outras dificuldades dos nossos utentes no nosso Hospital, após a anexação. Lembrar, insistir, fazer pressão. Não sei se vai ser criada a ULS do Alto Tâmega mas sei que quero que melhorem as condições dos nossos utentes. Voltei a falar na má qualidade da alimentação e noutras questões. Referi que os bebés do Alto Tâmega quando nascem com o mais pequenino problema têm de ir às consultas ao Hospital de S. Pedro a Vila Real. Esta é uma situação que tem de parar porque quer os pais, quer as crianças são submetidos a uma viagem de 120 km para obterem cuidados que sempre lhe foram prestados pelos Pediatras e Ortopedistas do Hospital de Chaves e não existe qualquer razão para não continuar a ser assim. Para além da distância junta-se o preço injusto das portagens que em breve teremos de pagar, sobretudo em Trás-os-Montes que esperamos trinta anos por vias de acesso condignas.

Também nos vai faltar o apoio da psicologia que é dado às crianças e jovens no nosso Hospital. Para além da anexação e do modelo, é a atitude que alguns se permitiram tomar, no Centro Hospitalar ao centralizarem os cuidados em Vila Real ou numa só pessoa como é o caso do pedopsiquiatra que vem esporadicamente a Chaves e pelo qual têm de passar todas as crianças e jovens que necessitem de apoio psicológico. Surgem por vezes casos que exigem uma resposta imediata mas que, desta forma, não é possível dar. Foi posta em causa a competência técnico-científica dos pediatras, mas mais grave do que isso é que foi posto em causa o atendimento em tempo útil de crianças e jovens.

A certificação da qualidade que obtivemos do Centro Hospitalar e que poderíamos dizer que era muito boa é pena que não se consubstancie num OBS mais digno para os doentes na Unidade Hospitalar de Chaves. Quanto se tem poupado com a empresarialização da saúde em Portugal? Já fizeram contas às parcerias público-privadas que vamos pagar nos próximos anos e a peso de ouro?

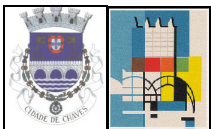
Na minha comunicação faço mais duas denúncias. Depois da reunião na AR em Lisboa e da aprovação do dia 25 de Março, fechou mais um Serviço na Unidade de Chaves. É um serviço que parece pouco importante – o Gabinete de Gestão do Utente – mas não o é porque prejudica as pessoas, dado que se tratava de um Gabinete de relevância jurídica que ajudava as pessoas a tratar dos problemas com óbitos, com as seguradoras, com a continuidade de tratamentos etc. Agora este serviço é prestado em Lamego e as pessoas têm de se deslocar lá.

Sou membro da Associação de médicos católicos há muitos anos, não por oportunismo ou interesse particular, mas por convicção e daqui faço um convite aos católicos para que se empenhem em convencer as pessoas a votar nas próximas eleições. Que votem em quem quiserem, mas que votem.

Sua Santidade o Papa Bento XVI apela à Igreja católica portuguesa para que se envolva mais na sociedade, segundo os princípios do Concílio Vaticano II, que foi a maior democratização ocorrida no seio da Igreja Católica, tendo em conta as injustiças sociais cada vez maiores. Viva o 25 de Abril”.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“ Passam dois dias do trigésimo sétimo aniversário do “25 de Abril” e consideramos que a demagogia e o populismo são uma das mais profundas afrontas que podem ser feitas à memória do “25 de Abril”. A deturpação de mensagens para além de ser uma afronta aos valores de Abril é uma afronta aos cidadãos em particular. Abril significa liberdade e



liberdade sempre significou acréscimo de responsabilidade e acréscimo de responsabilidade também por parte daqueles que têm o dever de informação clara e correcta aos cidadãos para que possam decidir em liberdade de acordo com um dos principais valores que com Abril se conquistou para a sociedade portuguesa. Lembro que o poder local democrático foi uma das grandes conquistas de Abril e, portanto, se algum deputado municipal veio a esta tribuna e fez referência a uma lacuna em termos de celebração e de comemoração do “25 de Abril”, estaria a referir-se à lacuna deste Órgão. Respeitamos quem possa não assumir isso como uma lacuna mas nós, Partido Socialista assumimos e não é a primeira vez que o dizemos. Se aqui estamos sentados, eleitos democraticamente pelos cidadãos, é porque com o “25 de Abril” conquistámos este espaço. Espaço de debate, de diálogo democrático, de confronto de opiniões. O Partido Socialista não necessita de afirmar perante esta Câmara, nem perante ninguém, se lembra ou esquece o “25 de Abril”; os princípios, os valores e a matriz do Partido Socialista estão bem presentes na mente e no coração dos socialistas e não é justificando para fora que se lembram ou celebra ou comemora melhor o “25 de Abril”. A Assembleia Municipal de Chaves, conquistada à luz dos valores de Abril era importante que fizesse uma cerimónia comemorativa do “25 de Abril” com a participação de todos os seus elementos.

Naquilo que respeita à deturpação de mensagens gostava de esclarecer quem aqui vem falar e quer fazer lembrar o passado, que deve fazê-lo por inteiro e não querer fazer lembrar apenas partes do passado. Todos os que assumimos determinado número de responsabilidades, de facto, fazemos parte de uma história. Mas o “25 de Abril” foi há 37 anos, não foi há quinze anos atrás; nesses 37 anos houve muitas responsabilidades repartidas e eu pergunto se ainda se lembram quem foi o autor das parcerias público-privadas.

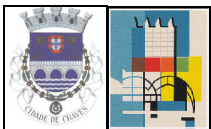
Também gostava de lembrar que, em nome de princípios, de equidade, de igualdade de oportunidades, também o Senhor deputado que me antecedeu falou sobre a questão das acessibilidades. Sobre este assunto gostava de lembrar a chegada da A24 a Chaves e outras acessibilidades importantes para o nosso Distrito e para a nossa Região, como o túnel do Marão e como a Auto-Estrada Transmontana. Nada disto tem qualquer significado e muito menos tem significado que tenha sido um Senhor deputado municipal do PSD que veio aqui falar na questão das portagens, quando todos nós sabemos que no modelo das SCUT'S o seu autor tem rosto e está associado a uma força político-partidária. Em nome de um acordo orçamental para 2011, houve outra força político-partidária que exigiu o princípio da universalidade no que respeita ao pagamento da utilização das acessibilidades.

Efectivamente ontem, dia 25 de Abril, foi publicado no Diário da Assembleia da República a Resolução nº. 92/2011. Espero que a publicação desta Resolução também permita que alguns discursos não de afronta partidária, mas de afronta pessoal que têm sido feitos sejam corrigidos e seja reposta à verdade junto dos cidadãos e junto daqueles que em nome dos cidadãos tudo fazem para defender aquilo em que acreditam como sejam serviços públicos de qualidade para todos, com acesso equitativo por parte dos cidadãos. É nisto em que o Partido Socialista acredita, é isto que o Partido Socialista tem defendido e se dúvida existia eu espero que aqueles que fazem disto afronta pessoal, façam o favor de repor a verdade.

Vivemos num estado republicano e num estado laico onde devemos, acima de tudo, fazer valer os princípios republicanos, da laicidade e das conquistas de Abril, em nome da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos”.

JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS do PSD – pediu a palavra para defesa da honra dizendo:

“A Senhora deputado Paula Barros fez uma alusão clara, inequívoca, ao deputado municipal quem a precedeu, acusando-o de populismo e demagogo. Eu gostaria de lhe



responder o seguinte: Fui eleito como independente nas listas do Partido Social Democrata e não conheço nenhum artigo que me obrigue a sufragar todas as posições ou opiniões que a Direcção do PSD emana. O Partido Social Democrata é um Partidos dos mais livres que existem em Portugal. Infelizmente a Senhora deputado não poderá dizer o mesmo do seu partido porque no último Congresso do PS, aqueles que quiseram contestar o seu líder José Sócrates não foram ouvidos”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou novamente da palavra para defender a honra da sua bancada.

“Venho aqui responder ao desafio da Senhora deputada Paula Barros no sentido de repor a verdade. O documento a que aludi na minha intervenção anterior está publicado no Diário da Republica, I série nº. 80, de 26 de Abril de 2011. «Resolução da Assembleia da República nº. 92/2011. Foi este documento que fiz questão de entregar na Mesa.

Relativamente a evocar os quinze anos do “25 de Abril” a Senhora deputada estava, mais uma vez, distraída. Eu não evoquei os quinze anos do “25 de Abril”. Disponibilizei-me, em nome do PSD, como fizemos no passado, para reactivar nesta Assembleia uma Comissão para as comemorações do “25 de Abril” do próximo ano, no seu 38º aniversário. A alusão que fiz aos quinze/dezasseis anos foi de quem esteve a governar o País em que o Partido Socialista foi governo 13 anos. Isto é repor a verdade e não sou eu que o digo. Basta fazer as contas e ver os Governos que foram eleitos.

Relativamente ao modelo das PPP’S, das oitenta e oito existentes no País, o PSD negociou oito, as restantes oitenta foram negociadas pelo Partido Socialista. O modelo que era para ser a excepção à regra tornou-se mesmo regra e não excepção pelo Governo do PS. Recomendo a leitura do livro sobre Parcerias Público Privadas, da autoria de um Juiz reformado.

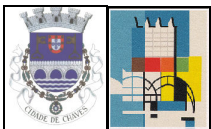
JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“ Desde o “25 de Abril” de 1974 tenho acompanhado a política local e nacional mas há uma coisa que o meu partido nunca fez e que foi invadir salas de espectáculos onde se realizavam comícios de acordo com os princípios e com os ideais do “25 de Abril”. Isso aconteceu em comícios do PSD realizados no Cineteatro de Chaves onde determinadas forças nos quiseram retirar a liberdade de defendermos as nossas ideias livremente.

O modelo de sociedade que o Partido do Senhor deputado Manuel Cunha defende não é exemplo para nada porque foi o que mais problemas criou à Sociedade Portuguesa. Temos formas de ver a política de maneiras diferentes, embora reconheça que o PCP tem nas suas fileiras os maiores estudiosos da política deste País. Felizmente que temos hoje uma democracia ocidental que defende valores, princípios, com uma matriz de governos democráticos, no qual nos enquadrámos

O “25 de Abril” trouxe-nos melhores condições de vida mas ao longo destes trinta e sete anos foram cometidos erros sobre os quais devemos reflectir de forma a encontrar um rumo que nos permita viver sem voltar a recorrer ao FMI e quem governou uma «Empresa» durante treze anos certamente tem mais responsabilidade do que quem governou apenas dois anos e meio.

Vamos para estas eleições legislativas que se aproximam, em liberdade e o povo deve decidir quem de facto quer à frente dos destinos do País. Os últimos seis anos foram uma catástrofe para os portugueses e o povo sabe disso. Aqueles que têm bem mais responsabilidades nessa catástrofe deviam ser mais humildes, mais moderados e reconhecer os erros que cometeram. Nos dois anos e meio do Governo da responsabilidade do PSD, com o Dr. Santana Lopes, tínhamos uma dívida de 82 mil milhões de euros e passados seis anos essa dívida duplicou. É justo perguntar onde foram gastos tantos milhões.



MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou da palavra para defesa da honra da sua bancada e disse:

“O Partido Comunista tem muito orgulho em todos os Governos provisórios em que participou após o “25 de Abril” de 1974 e na contribuição que deu para que a revolução se fizesse. Ao contrário do Partido Socialista e do PSD que tendo sido poder passam o tempo a remeter responsabilidades um para o outro.

O Partido Comunista apesar de ser uma força política, eleitoralmente mais pequena, foi a que mais convictamente se reviu na Constituição e a que mais consequentemente tem defendido os princípios constitucionais do “25 de Abril”.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA deu conhecimento da entrada na Mesa de uma “Moção” subscrita pelos Senhores Presidentes da Juntas de Freguesia de Vidago, Oura, Loivos, Póvoa de Agrações, Selhariz, Vilas Boas, Vilarinho das Paraneiras, Anelhe e Arcossó respeitante à alteração de funcionamento da Estação de Correios de Vidago que foi lida pelo **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oura** e que se transcreve. Antes porém o Senhor Presidente de Oura deu uma breve explicação sobre a situação actual da referida estação dos CTT.

Chegou ao nosso conhecimento a intenção da Administração dos CCT da alteração que pretendem fazer quanto ao funcionamento da loja de Vidago. Pretendem passar o seu funcionamento para a Junta de Freguesia de Vidago, declinando as suas responsabilidades e obrigações. Quando as Freguesia servidas pela loja tiveram conhecimento do pretendido, num total de nove e dezanove aldeias do Concelho de Chaves, mais sete do Concelho de Vila Pouca de Aguiar, fizemos algumas reuniões para analisar o assunto, numa das quais esteve um representante dos CTT. Os CTT apoiam a sua decisão em argumentos que não convencem, nomeadamente a falta de rentabilidade e as novas tecnologias. Pretendem atribuir um valor mensal de 485,00€ para pagar a um funcionário que irá desempenhar as funções da funcionária que lá têm e que pertence aos quadros dos CTT, o que é impraticável. 485,00€ é o valor do salário mínimo e para além disso existem outros encargos que é necessário ter em conta, quer relativamente ao funcionário, quer ao próprio funcionamento da loja.

Há alguns anos atrás o quadro de pessoal desta Estação era muito superior. Tinha mais carteiros, alguns dos quais se reformaram já e neste momento tem apenas dois; tinham mais pessoas no atendimento ao balcão e hoje têm uma pessoa. Isto significa que as novas tecnologias já estão ali implementadas há bastante tempo. Tudo isto levou as freguesias servidas pela Estação de Vidago a protestar e não aceitar esta imposição dos CTT, razão porque trazemos o assunto a esta Assembleia, à qual desde já, pedimos o necessário apoio.

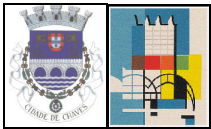
“MOÇÃO”

Na sequência das reuniões levadas a efeito nas sedes das Juntas de Freguesia de Oura e Vidago, nos dias 16, 18, 21 e no dia 25 do corrente mês com o Exmº Sr. Presidente da Câmara, tendo como ponto único da ordem de trabalhos as alterações propostas pelos CTT para a alteração de funcionamento e atendimento da Estação dos Correios em Vidago.

Alterações que nos propõem:

Proposta de acordo de parceria com a Junta de Freguesia de Vidago.

Na sequência desta não aceitar, propor o mesmo acordo com outras entidades públicas ou privadas, transferindo toda a responsabilidade do atendimento para essa entidade, declinando os CTT as suas responsabilidades como entidade de utilidade pública de apoio e prestação de serviço às populações directamente servidas por esta Estação, deixando de cumprir com os deveres estabelecidos no pacto social da empresa.



Os prejuízos daí resultantes prejudicam unicamente as freguesias desta área, abrangendo uma área geográfica superior a 100 Km² (cem quilómetros quadrados) e uma população superior a 7 000 pessoas.

Esta área é constituída pelas freguesias de Vidago – Ouro – Loivos – Póvoa de Agrações – Selhariz – Vilas Boas – Anelhe – Vilarinho das Paranhos e Arcossó, sendo estas constituídas por 19 (dezanove) aldeias, para além das aldeias limítrofes que pertencem ao concelho de Vila Pouca de Aguiar que são mais de 6 (seis).

Para além destes prejuízos há que referir outros muito importantes e muito mais nos tempos que correm, que são os causados á economia local, Vidago, numa altura em que o investimento privado e público apontam para um forte crescimento económico especialmente para a vila de Vidago.

Relativamente á distribuição, também nos foi dado conhecimento da intenção da Administração dos CTT, na sua centralização em Chaves, sem garantias de distribuição diária em todos os giros como acontece neste momento.

Perante esta situação as Juntas de freguesia referidas propõem a esta Assembleia Municipal de Chaves, a aprovação e o apoio no sentido de manter em funcionamento esta estação nos mesmos moldes que até á data se tem verificado, com a manutenção dos dois carteiras para a distribuição e uma funcionária para o apoio administrativo.

Mais foi deliberado que a presente Moção seja enviada às seguintes entidades:

Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações, Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações e Conselho de Administração do CTT em Lisboa”.

Chaves, 27 de Abril de 2011.As Juntas de Freguesia de: Vidago, Oura, Loivos, Póvoa de Agrações, Selhariz, Vilas Boas, Anelhe, Vilarinho das Paranhos e Arcossó”

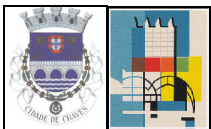
Foi autorizada a sua entrada.

Posta à votação foi aprovada com 96 votos a favor e uma abstenção. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PRESIDENTE DA CÂMARA – depois de cumprimentar os presentes em seguida respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados.

O “25 de Abril” é uma data histórica para os que a viveram e para aqueles que a continuam a viver e da qual resulta acima de tudo uma questão de valores e de princípios que devem prosseguir na mente de todos nós e na nossa actuação.

O Senhor **deputado Francisco Melo** colocou uma questão concreta que exige uma resposta concreta. O espaço de estacionamento a que se referiu, na Rua do Olival, consta do Regulamento que vem vigorando há muitos anos no Município. A excepção só se verifica aos fins-de-semana porque nesses dias não é pago estacionamento. Nos dias de semana há, efectivamente, excepções porque os moradores tem esse direito até pela própria lei de urbanização que obriga a que os edificios disponham de estacionamento próprio. O que acontece muitas vezes é que o morador que tem direito ao estacionamento se não tivesse isenção durante vinte e quatro horas, a partir das oito horas da manhã tinha de colocar a moeda porque senão seria um morador multado. Não é fácil harmonizar estas situações mas existe uma «tradição» que manteve a exequibilidade deste Regulamento ao longo dos anos. Ultimamente tem havido algumas queixas quer dos que estacionam e são interpelados pela polícia, porque estacionam as suas viaturas em lugares reservados a moradores, como dos moradores que chegam com os seus veículos para estacionar e têm os lugares a que têm direito ocupados por não moradores; de referir que têm sido aplicadas mais multas por denúncias de moradores que têm os seus lugares ocupados. Há outros espaços na cidade não reservados onde qualquer pessoa pode estacionar.



Já emitimos cartões de identificação das viaturas aos respectivos moradores. Vamos manter o sinal no local e vamos cumprir o Regulamento.

Quanto ao facto da Polícia multar aos fins-de-semana significa que não conhece/cumprir o Regulamento e essa questão terá de ser colocada às forças policiais. Nem tudo o que se passa na cidade tem a ver com a Câmara Municipal, e essa situação é uma delas. A Câmara é obrigada a ter Regulamentos com regras que devem ser respeitadas. Estaremos atentos a este assunto.

O Senhor deputado **Manuel Cunha** fez uma alusão à presença do Troika e do FMI e à possível interferência destas entidades na Organização Territorial relativa aos Municípios e Freguesias. Sobre esta matéria entendo que o País não deve mexer naquilo que funciona bem, mas sim naquilo que funciona mal. O País não está mal por causa das freguesias e dos municípios. Está mal por todo um conjunto de razões, nomeadamente porque vivemos muitos anos acima das nossas possibilidades e por essa razão entendo que os problemas devem ser atacados onde realmente existem.

Se o País eliminar as 996 freguesias que têm menos de 400 eleitores poupa às finanças públicas 33 milhões de euros; falar nas freguesias e nos municípios, em meu entender, é um erro e uma distração se tivermos em conta os enormes custos que representa a manutenção de Institutos, Fundações e outros Organismos que, esses sim, merecem a atenção do Estado. Mas se eliminarmos as 2.282 freguesias que têm menos de mil eleitores, o País poupará cerca de 80 milhões de euros. Quantos milhões de euros são diariamente mal gastos e não são contestados. É uma situação que deve merecer uma reflexão profunda por parte do Governo e deixar funcionar aquilo que funciona bem. As populações nunca se queixaram das juntas de freguesia nem dos municípios; queixam-se do governo e do desgoverno que muitas vezes o País tem. Neste aspecto a minha posição é muito clara. Serei contra uma intervenção que elimine municípios e freguesias sem nexos. É certo que não temos o poder de decidir mas temos todo o direito de manifestar posição.

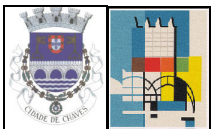
O Senhor deputado **António Almeida** colocou a questão da Estação dos CTT de Vidago. Já foi aprovada uma “Moção” sobre este assunto que responde ao Senhor deputado. A Câmara Municipal reuniu com as Juntas de Freguesia e apoia a sua posição que vai no sentido de defender as populações que representam. Mas a pergunta do Senhor deputado António Almeida deveria ser feita ao Ministro da Tutela e não à Autarquia que não tem qualquer tutela sobre os CTT.

Houve outras intervenções que reflectiram temas actuais, nomeadamente os Senhores deputados **Luís Carvalho** e **Nelson Montalvão**. Sobre a intervenção do Senhor deputado **Jorge França** quero referir, como republicano assumido, que a laicidade não exclui opções religiosas nem fala sobre elas.

A Senhora deputada **Paula Barros** diz que a informação deve ser rigorosa e transparente aos cidadãos. Eu concordo e sublinho.

Relativamente às portagens a grande discussão dos últimos dias foi porque o deficit público português subiu de 8 para 9,1%, devido à introdução portagens nas SCUT'S do Norte Litoral, através de parcerias público-privadas. Isto porque a partir do momento em que foram cobradas portagens, o Estado passou a arrecadar a respectiva receita, que quando superior a 50% do que se paga às concessionárias tudo passou a fazer parte do deficit. Tenho a esperança que o Governo desista das portagens nas SCUT'S do Interior Norte porque isso irá aumentar ainda mais o deficit passando de 9,1 para 10,3%. Estes são dados novos do EUROSTAT que nos devem levar a reflectir.

Depois de ouvir todas as intervenções que foram feitas vou terminar com a seguinte reflexão: Li algures e concordo, que o desenvolvimento se faz muito mais construindo o futuro do que investigando o passado. Vamos procurar viver o presente e construir o futuro deixando as investigações do passado apenas quando pertinentes.



Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Actividades Relevantes - Documento anexo

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – cumprimentou os presentes e referiu a “Moção” apresentada pelas Juntas de Freguesia da zona de Vidago, dizendo que o Senhor Presidente da Câmara provavelmente poderá envolver-se mais na questão, para uma resolução favorável da estação dos CTT de Vidago.

Disse que a Informação Municipal vem mais detalhada e sobre ela colocou as seguintes questões: - “UTAD e aniversário. Oportunidade para reflectir sobre a presença em Chaves. Já reflectiram ou vão reflectir? Há conclusões ou ideias?

Nomeação da Senhora Subdirectora professora Inês Dias como Directora interina da Escola Superior de Enfermagem, na sequência da demissão da professora Isabel Seixas. O Senhor Presidente da Câmara assumiu em tempos a responsabilidade, como pretendo novo ciclo, aquando da substituição do Enfermeiro Silva. Agora é um novo ciclo ou uma nova mudança? Isto independentemente da categoria profissional da nomeada nos termos do funcionamento nº. 1 do art. 11 dos Estatutos da Escola.

Relativamente à requalificação da Escola Secundária Dr. Júlio Martins pergunto se neste pacote de doze milhões não está incluída também a Escola Fernão de Magalhães. Tenho a ideia que sim.

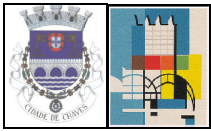
Fala-se em 350 mil euros para a Fundação Nadir Afonso, do Turismo de Portugal, a abater nos 50% dos custos não financiados. Qual é a totalidade desse valor?

Refere o fim da parceria público-privada para o Parque Urbano Desportivo de Chaves. Na altura o PS chamou a atenção para uma certa megalomania que parecia envolver o projecto e que, no entendimento do meu partido, não servia nem a cidade nem as pessoas, nem a Região, servindo talvez para encher apenas o olho em termos eleitorais. E o campo do Flaviense? E a Formação? Há alguma ideia para intervenção no Estádio Municipal ou a Câmara aguarda só e mesmo as propostas?

Fala-se na taxa de recolha de resíduos sólidos e perguntava porque razão é que esta taxa varia de freguesia para freguesia. Qual o critério que determina o valor a pagar por cada freguesia.

Fala-se na ampliação do Parque Empresarial de Chaves e pergunto: irá acontecer com o Parque Empresarial o mesmo que aconteceu com a Plataforma Logística? Onde se vão buscar três milhões de euros para a execução de uma totalidade de dez milhões?

Sobre as Barragens inicialmente houve discordância, acabando por haver depois entendimento. Houve grandes investimentos na área de energia - Eólicas e não só - e são ou não favoráveis para o Concelho esses investimentos? No entendimento do Partido Socialista serão favoráveis. Serão dezoito milhões e meio de compensação para aplicar no termo dos territórios abrangidos. Há projectos? Se há quais são e quais as ideias para tal? Qual a totalidade do valor a investir no termo desses territórios? Acrescenta-se que o remanescente é para suporte de parte não financiada nas intervenções do Município. Que partes e que intervenções? São partes já compromissadas ou a compromissar? Posso concluir que poderão ser esses os três milhões do Parque Empresarial?



Sobre o Conselho de Coordenação Intersectorial do Norte que trabalhos já muito avançados de análise e caracterização dos serviços desconcentrados e possível articulação para a Regionalização? Que informações há sobre esta Regionalização e sua implementação?

Em termos de Regionalização permita-se que fale em Protocolos uma vez que haverá juntas com algumas dificuldades em satisfazer os anseios das populações e se é possível dizer alguma coisa sobre isto, ainda que de uma forma sumária.

Diz o Senhor Presidente que se sentiu muito honrado com o encontro das Juntas de Freguesia. Entendo que os convívios são muito agradáveis, sobretudo se são alegres e francos. O que todos nós precisamos é de tónicos e mais ainda se forem excelentes”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas pelo Senhor deputado Francisco Pinto de Barros.

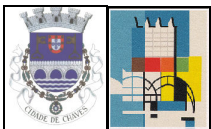
A UTAD é um pouco como o País. Tem problemas financeiros como têm outras universidades que até estão na iminência de ser entregues ao Estado, uma vez que não têm dinheiro para pagar os seus compromissos. Se durante tantos anos esteve a pagar uma renda de instalações muito alta quando dispunha de excelentes instalações que a Autarquia lhe disponibilizou, neste tempo de aperto financeiro, aquela Instituição estará a equacionar a hipótese de se voltar mais para Chaves. (Está marcada uma reunião com o Senhor Reitor para amanhã, onde certamente esse assunto será tratado). Se assim for a UTAD em Chaves só tem a lucrar dado que não pagará renda das instalações, apenas pagará a manutenção do seu normal funcionamento. Neste momento a UTAD/Chaves tem quatrocentos alunos; se encerrar irão para Vila Real menos de metade desse número, perdendo o valor das correspondentes propinas, mais a parte de financiamento do Estado que é atribuído em função do número de alunos. Há uma orientação errada por parte da UTAD, desde sempre, ao supor que está a fazer um favor a Chaves. Se implementasse aqui mais cursos teria melhor saúde financeira. Há que reflectir sobre tudo isto.

A Senhora Directora da Escola Superior de Enfermagem renunciou ao cargo que exerceu durante cerca de seis anos, por motivos pessoais, que expressou através de carta e fez questão de justificar perante todo o pessoal docente e não docente da Escola. Perante essa situação foi chamada a exercer funções a Senhora Subdirectora – Enfermeira Inês Dias – em quem depositamos toda a confiança. Ao contrário da UTAD a Escola de Enfermagem, até ao momento, é uma Instituição lucrativa devido à gestão e competência das respectivas direcções e demais profissionais, cumpre os seus objectivos e apresenta resultados; os seus alunos continuam a ter acesso ao mercado de trabalho em condições preferenciais.

Fiz referência à requalificação da Escola Secundária Dr. Júlio Martins porque é um projecto muito importante para a cidade. Ao longo do tempo formou imensos profissionais, muito competentes, que exerceram e exercem funções de grande qualidade por todo o País. O valor dessa requalificação importa em 12,2 milhões de euros. A Escola Secundária Dr. Júlio Martins tem um valor histórico na nossa identidade local e ao ficarmos com uma Escola mais moderna, mais funcional, estamos a favorecer a eficácia, a promover a inovação e a cidadania activa que é o nosso objectivo.

Há também a perspectiva da Escola Secundária Fernão de Magalhães vir a ser requalificada numa outra fase.

O que eu referi na minha informação sobre a Fundação Nadir Afonso é que foram abertas as propostas apresentadas por trinta e três empresas, das 39 que levantaram documentação. Esta obra foi candidatada ao POVT por um valor de cerca de nove milhões de euros. Desse valor nem todo é elegível para financiamento comunitário. É o caso da execução do projecto que foi adjudicado directamente ao arquitecto Sisa Vieira e os Fundos Comunitários só financiam, dentro das percentagens adequadas, os projectos que vão a concurso público. Houve motivos para que isto fosse assim: A



vontade do Mestre Nadir Afonso para que o projecto fosse da autoria do Arquitecto Sisa Vieira; a legalidade de podermos efectuar essa adjudicação, atendendo à circunstância específica desta obra e ainda o facto de o processo ser mais célere deste forma, que nos permitiu cumprir com as normativas comunitárias. Há mais valores residuais não elegíveis que rondaram os dez mil euros, para além do projecto. Tudo o resto é financiado num total de cerca de oito milhões e quinhentos mil euros, numa percentagem de 80%, suportando a Autarquia os 20% restantes.

Neste momento a obra, como há baixa de praça, vai ser adjudicada por um valor inferior considerável. Mas mesmo que a obra seja adjudicada por cinco milhões de euros, 80% são financiados pelos fundos comunitários, cabendo à parte da Câmara a responsabilidade de um milhão. Foi para isso que o Turismo de Portugal nos concedeu o apoio de 350 mil euros, no contexto da zona de jogo do Casino de Chaves e numa candidatura que apresentámos em conjunto com os municípios de Montalegre e Vila Pouca de Aguiar.

O Turismo de Portugal para atribuir estes montantes, exige a apresentação das respectivas candidaturas, dentro de uma concorrência que não é apenas para as Autarquias, mas sim para qualquer entidade que, dentro dos municípios, queira concorrer na área do Turismo, desde que o empreendimento a que se propõe seja declarado de interesse para o Turismo.

Sobre a parceria pública – privada para o Parque Urbano Desportivo de Chaves está a ser equacionado o fim daquilo que já está suspenso. Temos de acertar com os parceiros quais são as condições para lhe por fim. O que quis dizer na minha informação foi que, estando suspenso e não havendo previsão de continuidade, os terrenos que adquirimos são património privado do Município. A perspectiva actual vai no sentido de intervir no Estádio Municipal; solicitámos propostas para a elaboração de cadernos de encargos e programas de concurso. Inicialmente pusemos a hipótese de colocar relva sintética no Estádio e nos campos de treino criando um espaço de treino adequado. Neste momento estamos a ponderar colocar relva sintética apenas nos campos de treino.

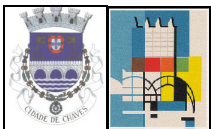
Nesta nova época desportiva a Câmara Municipal vai apoiar apenas a formação procurando criar condições adequadas para o seu desenvolvimento. Quando os cadernos de encargos estiverem concluídos as obras serão postas a concurso.

Há atrasos na atribuição de fundos comunitários e a Câmara de Chaves, por mérito próprio, tem uma boa execução, pelo que pode aceder a uma “bolsa de mérito” que nos poderá permitir vir a ter participação nesta obra.

O caderno de encargos para a recolha de resíduos é feito porque a RESINORTE fazia também a recolha dos resíduos sólidos no Alto Tâmega através de procedimentos que se renovavam automaticamente. Concluímos que hoje, no mercado, há empresas a prestar esses serviços de recolha de resíduos indiferenciados com custos substancialmente mais reduzidos; os resíduos seleccionados são recolhidos e tratados sem custos porque dão lucro, que é o caso do papel, vidro e plástico.

Fizemos uma reunião com a RESINORTE onde informamos da intenção de abrir concurso, que será feito pelo conjunto dos Municípios do Alto Tâmega; o caderno de encargos está feito de acordo com os nossos objectivos e devemos lançar o concurso já no próximo mês de Maio. Esperamos melhorar a prestação destes serviços e reduzir substancialmente os custos; se reduzirmos em pelo menos dez euros por tonelada, numa média de dezasseis mil toneladas por ano, teremos uma redução de custos muito significativa.

A aprovação da ampliação do Parque Empresarial de Chaves obedeceu às seguintes razões: 1ª. De há três anos para cá insistiu-se nos Parques de Ciência e Tecnologia com determinadas condições, onde o Parque de Chaves se integra; 2ª. No Parque Empresarial tínhamos lotes que variavam entre mil e sete mil metros quadrados. O de



sete mil metros está ocupado. A Empresa de “PELLETS” que pediu quarenta mil metros quadrados já teve de ocupar espaço exterior e temos pedidos de quarenta e cinquenta mil metros quadrados. A ampliação do Parque é feita para garantir a existência de lotes de terreno de maiores dimensões que neste momento não existem; 3ª. Neste momento já oferecemos um conjunto de condições tecnológicas no Parque Empresarial de Chaves, mas na nova geração de Parques há um outro conjunto de condições. A CCDRN, depois de efectuar estudos, decidiu apoiar oito infra-estruturas destas no País, sendo a de Chaves uma delas e a única que se situa em Trás-os-Montes, pela sua localização geoestratégica e para a qual está previsto um investimento próximo dos dez milhões de euros ao longo de três anos, com um financiamento de 70%.

Atendendo às circunstâncias a Autarquia colocou em dúvida se teria condições de realizar a obra. Como paralelamente a CCDRN e o Ministério da Economia definiram as compensações pedidas, no contexto das barragens do Alto Tâmega, entendemos viabilizá-la financiando a parte que os fundos comunitários não suportam. Se isso se concretizar a Autarquia não terá custos com a ampliação deste Parque.

As barragens vão ser construídas quer queiramos quer não. Nessa perspectiva foi aprovado nesta Assembleia Municipal uma cota específica – 315 - para a Barragem do Alto Tâmega que irá ocupar uma área de 42,5 hectares no Concelho de Chaves. Nesta perspectiva há situações a considerar: *Reposições* e *Compensações*. Grande parte do valor de compensações será para partes não financiadas de projectos comunitários e há obras novas importantes. A Ciclovía Vila Pouca de Aguiar/Chaves e o Parque Urbano da Ribeira de Oura, com um volume de investimento previsto de quatro milhões de euros, estão incluídos nesta situação. Tem ainda sustentabilidade relativamente a outros investimentos não financiáveis para Vidago, nomeadamente o Balneário, a variante de Anelhe, o tratamento de águas residuais e outros projectos que se justifiquem.

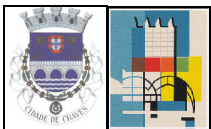
Há situações que teremos de analisar com o Senhor Ministro da Economia e com a CCDRN, entidades que fazem a ligação com a Empresa IBERDROLA.

Sobre o Concelho Intersectorial neste momento uma das perspectivas da Intervenção em Portugal é a Regionalização. Como não queremos ser apanhados de surpresa já temos um documento elaborado sobre os serviços existentes na Região Norte; a articulação desses serviços e o número de funcionários de que dispõe para que, se houver intervenção externa no País, e esta vier a definir a Região, tenhamos o trabalho de casa feito.

O senhor Presidente da Câmara depois de responder a todas as questões que lhe foram colocadas neste ponto da agenda pediu autorização para informar sobre outras questões.

- *Fundos Comunitários*. Foi assinado um memorando entre a ANMP e o Governo que determina o seguinte: 1º.- atingir no final de 2011 uma execução de 40% do previsto no QREN. Neste momento o Município de Chaves já executou 70% do que estava previsto em contratualização; falta uma percentagem na Regeneração Urbana que contamos cumprir até ao final do ano. Para que isso aconteça os pagamentos realizados durante o ano de 2011 serão financiados a 85% e não a 80% como estava previsto.

2º.- Dado que os Bancos não estão a emprestar dinheiro o Governo abriu a possibilidade de aceder a uma linha de crédito de mil e quinhentos milhões de euros, através do Banco Europeu de Investimento, dos quais quatrocentos e cinquenta milhões ficaram disponíveis a partir de ontem, com condições especiais de 3,9% de juro a quinze anos, com carência de dois anos. Perante o rateio que foi feito os Municípios podem aceder, nessas condições favoráveis, para execução de obras participadas pelos fundos comunitários, exclusivamente. É uma tentativa para haver maior execução de fundos comunitários.



3º. – Para acelerar a execução lançou-se uma “Bolsa de Mérito”. O Município de Chaves pode aceder já à “Bolsa de Mérito” porque tem 77% de realização. Somos prejudicados porque os restantes 75% de programação do segundo triénio entra na Bolsa de Mérito e não fica disponível. No próximo dia 2 de Maio, em Mogadouro, vamos tentar negociar para que, no mínimo, o equivalente às percentagens das outras CIM'S seja garantido para Trás-os-Montes na referida “Bolsa de Mérito” a que os Municípios vão aceder. A CIM de Trás-os-Montes, neste momento, é das Comunidades que tem melhores condições para aceder a essa Bolsa.

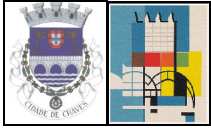
Tarifas. Tenho aqui um gráfico que mostra os encargos mensais de um agregado familiar tipo (com IVA). Este agregado familiar português gasta mensalmente uma média de 12,30€ em água e saneamento, 34,90€ em INTERNET e Televisão por cabo, 35,37€ em Gás natural, 47,73€ em energia eléctrica e 53,26 € em telemóvel. A grande questão que se coloca é saber aqui onde se deve cortar se no banho diário ou em dez minutos de conversa pelo telemóvel. É uma questão de opção.

No primeiro trimestre, pela subida das tarifas/taxas, em termos de arrecadação de receita tivemos um aumento de 11% na água e resíduos sólidos e 9% em saneamento. A tarifa de resíduos sólidos é igual em todo o Concelho; a da água e saneamento varia conforme a entidade gestora. As Juntas de Freguesias podem aplicar valores diferentes da Câmara. Temos o levantamento dos locais onde os sistemas são geridos pela Câmara e já têm controlo; vamos fazer controlo e vistorias onde os sistemas são geridos pelas Juntas de Freguesia, com prioridades. Isto porque mais do que a questão do valor das tarifas, o que está, neste momento, a causar problemas às pessoas do Concelho é a injustiça de haver uns que pagam e outros que não pagam; temos freguesias onde pagam meia dúzia de pessoas e as restantes não pagam e isso é que é errado e não pode tolerar-se. Vamos vistoriar todos os sistemas para todos pagarem.

O ERSAR obriga as entidades gestoras de água, saneamento e resíduos a cumprir determinadas regras em termos tarifários. A Câmara Municipal não poderá aplicar o tarifário que quiser porque tem de obedecer às regras impostas pela Entidade Reguladora. Esta Entidade recomenda duas modalidades: tarifas fixas e tarifas variáveis. A tarifa fixa é paga por todos desde que tenham acesso ao serviço, independentemente de consumir ou não e varia entre dois e quatro euros. A Câmara de Chaves optou por aplicar a menor – dois euros – o que significa que nos sistemas da cidade de Chaves, mesmo as casas desabitadas, desde que estejam ligadas à rede de água e saneamento pagam seis euros à partida; dois euros relativos à tarifa fixa de água, dois euros relativos à tarifa fixa de resíduos sólidos e dois euros relativo à taxa fixa de saneamento. Quando passar a haver consumos passam a pagar o metro cúbico de acordo com a tabela em vigor.

Anteriormente havia vários escalões mas o ERSAR fixou três; até 5 m³, de 5 a 15 m³ e mais de 15m³, com valores mínimos. O valor mínimo para o primeiro escalão é de 0,45€ m³ que é o que a Câmara Municipal de Chaves aplicou nos sistemas que gere; o segundo vai de 0,80€ até um 1,20 € e aplicamos 0,83 € o m³; no seguinte vai até 4 € e aplicamos 1,54€ o m³. O saneamento é cobrado a 70% do consumo de água e os resíduos sólidos a 30%.

Nas freguesias o tarifário não é igual à cidade isto porque a captação, tratamento e distribuição de água não tem o mesmo custo e o que pretendemos é que o que se cobra financie os custos do sistema. Quem não tem saneamento não paga, mas a tarifa de resíduos sólidos têm de pagar. O cálculo para as freguesias relativamente ao saneamento e resíduos sólidos, da responsabilidade da Autarquia, foi feito da seguinte forma: tarifa fixa – 4,00€ (2,00€ resíduos sólidos + 2,00€ saneamento) numa média de 6 m³, o que resulta numa factura para cada habitação de 7,24€. Entendemos que os 6 m³ de média é muito pelo que vamos reduzir para 3 m³ e desta forma a factura reduz de 7,24€ para 5,40€ e quem já pagou vai ser ressarcido ao longo das próximas facturas.



Em seguida vamos fazer um levantamento aldeia a aldeia, freguesia a freguesia para que todos paguem os serviços que lhe são prestados. Há Juntas de Freguesia que já cobram os resíduos sólidos e vão poder cobrar também a água e o saneamento, revertendo o valor da receita para a freguesia, podendo, desta forma, passar a ter uma receita anual razoável.

O Município de Chaves encetou uma luta sobre a questão da água e já obteve resultados. A ANMP aprovou por unanimidade a proposta do Ministério do Ambiente relativamente às novas tarifas em alta. A água que a Autarquia paga às Águas de Trás-os-Montes a 0,66€ vai passar para 0,48€ e pelo tratamento de águas residuais vimos pagando o metro cúbico a 0,72€, vamos passar para 0,53€. Isto foi o que a Senhora Ministra prometeu dizendo até que tinha todo o interesse na resolução deste assunto. O Governo em gestão vai ter de reunir o Conselho de Ministros e aprovar esta proposta para que possa entrar em vigor.

Os Relatórios sobre Termas no País dizem que houve uma quebra geral de 4,70%, sendo mais acentuada no termalismo clássico relativamente ao de bem-estar. Neste contexto, no Município de Chaves, os preços estão na média e mesmo sem o INATEL a nossa taxa de quebra no termalismo clássico em 2010, foi menor do que a média nacional – 4,1%. No termalismo de bem-estar houve um acréscimo relativamente ao ano anterior.

Resolvemos finalmente o problema da Muralha. Reunimos com os herdeiros do Senhor José Paulo Teixeira que aceitaram o valor de 65 mil euros pelo espaço que lhe pertencia, conforme tinha sido avaliado. Aguardamos a realização da escritura para encerrar definitivamente esta questão.

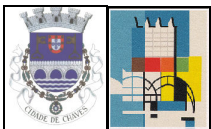
Quando há pouco disse que o desenvolvimento se faz construindo o futuro e não investigando o passado estava a referir-me ao País, porque o passado da Câmara Municipal de Chaves e o meu podem ser perfeitamente investigados sem qualquer problema.

PONTO 2. – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010. INFORMAÇÃO Nº. 14/DGFEP/2011.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que os documentos relativos à prestação de contas que foram distribuídos a todos os Senhores deputados, traduzem a situação económica relativamente ao exercício de 2010, embora tenham comparações com os anos anteriores.

2010 foi um ano em que soaram os alarmes, tudo mudou e nada é como anteriormente. Isso fez com que as receitas do Município tivessem decaído. Não só relativamente aos cortes feitos pelo Governo no que respeita às transferências da Administração Central, como também pelo decréscimo de receita proveniente dos impostos municipais e outras receitas que também diminuíram.

Quando apresentamos o Plano e Orçamento, apresentamos previsões e nessas previsões, para além do que vamos gastar no ano, estão retratadas as dívidas. Nesta execução se retirarem quer as dívidas, quer as obras do PPI cuja execução vai para além de um ano, a situação não está longe de um Orçamento de base zero; um Orçamento e uma execução em que tivemos apenas dezassete mil euros de resultado negativo. Por isso o ano de 2010 foi extremamente equilibrado em termos de receitas e despesas. Mas apesar de ter sido um ano difícil, terminámos em Chaves obras importantes como o Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade; o Centro Social da Várzea, Ligação da Rotunda do Raio X até à Adega Cooperativa; a Carreira da Vila na freguesia da Madalena; a ligação do Parque Empresarial da Cocanha até ao Nó de entrada na Auto-estrada junto ao Casino; o Nó do Parque Empresarial; a intervenção na Lapa; o acesso à Escola dos Aregos; várias intervenções em Escolas, nomeadamente Vilar de Nantes, Santo Amaro, jardim-de-infância do Cino-Chaves e Loivos; terminamos as



obras no Fruteiro; sete polidesportivos em freguesias rurais; as ligações entre Redial/Vilela do Tâmega, Vidago/Valverde, Casas Novas/Pastoria e Paradela/Mairos. Terminámos o saneamento na Granjinha. Demos continuidade a outras e foram preparados os processos de adjudicação de novas obras que estão em execução, nomeadamente na Regeneração Urbana e a Fundação Nadir Afonso.

Tivemos a visita de 45 mil pessoas nos nossos museus municipais (O Museu de Arte Sacra teve quatro mil visitantes e o Museu Ferroviário teve cinco mil); a Biblioteca Municipal teve 85 mil utentes, apoiámos a publicação de oito livros e 15 mil utentes passaram pela Loja Ponto Já. Apoiámos a Educação (expediente, limpeza, transportes, refeições) como vem sendo hábito, concedemos bolsas de estudo para alunos do Ensino Superior. Na Acção Social apoiámos dez famílias a pagar a renda da sua habitação; baixámos rendas nos bairros sociais a dezenas de moradores; apoiámos dezanove reconstruções de habitações em zonas rurais, de pessoas carenciadas, e a Chaves Social apoia oitocentas famílias com alimentação e medicamentos. As pessoas que gostam de escrever nos jornais deviam fazer-se sócias da Chaves Social, pagar as suas quotas, trabalhar lá e dessa forma talvez criticassem menos. É fácil ter pena de quem tem fome em África, mas não é fácil ter pena do que tem fome e vive ao nosso lado, porque os de África estão longo e os nossos vizinhos pesam-nos na consciência. Há um ano atrás eram menos de quatrocentas as famílias que tinham apoio social directo.

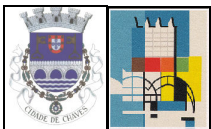
Tivemos menos receitas externas, não aumentámos impostos nem lançámos derrama, quando quase todos os Municípios à nossa volta o fizeram e demos mais apoios sociais. Mas há três grupos de Despesas que não têm receitas consignadas. São os subsídios, os protocolos com as freguesias e as expropriações; aqui dou o exemplo da via que vem do casino para o Centro da cidade. As expropriações custaram à Câmara de Chaves um milhão e setenta e oito mil euros, dos quais pagou em efectivo setecentos mil; a obra foi adjudicada por três milhões e duzentos mil euros e vamos receber trezentos e vinte mil não sabemos quando. É por essa razão que temos tido mais dificuldades em pagar atempadamente os protocolos às Juntas de Freguesia, mas temos correspondido sempre que se apresentam situações mais difíceis e os Senhores Presidentes de Junta podem confirmá-lo.

Em 2010 tivemos três milhões e quatrocentos mil euros de poupança corrente que transferimos para despesa de capital; as nossas Despesas Correntes desceram em dois anos mais de dois milhões de euros. A consequência desta poupança que passou para investimento é uma situação que nos orgulha; também o Património da Autarquia tem aumentado. Em 2002 o Património Municipal valia sessenta e três milhões de euros e hoje vale duzentos e seis milhões.

A Dívida da Autarquia para terceiros tem vindo a diminuir, mas a Dívida de terceiros para com a Autarquia tem vindo a subir. Temos uma capacidade de endividamento líquido na margem de oito milhões de euros.

Pela primeira vez, em 2010, diminuíram as despesas com vencimentos do pessoal, embora tenham aumentado os encargos com a Segurança Social. O passivo é o resultado das dívidas mais os proveitos diferidos e os proveitos diferidos são riqueza que foi criada neste ano e que será recebida nos próximos anos, num valor de trinta e um milhões de euros; os rácios dizem isso precisamente. Em 2010 46% do nosso investimento foi para funções sociais, 44% foi gasto em funções económicas e 10% em funções gerais, do que resulta um equilíbrio perfeitamente natural. O que está em causa neste documento é rigor, realismo e transparência nas contas, e o cumprimento escrupuloso das regras da legalidade pelo que deve ser votado favoravelmente.

FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – disse que hoje a economia funciona mais como uma roda da sorte do que como uma ciência exacta. Depois de um tempo de vacas gordas vem um tempo de vacas magras; este é o tempo das vacas magras.



“Embora os Orçamentos tenham de ser, forçosamente equilibrados, teoricamente não deveria haver défices, mas há. Isto porque as características da gestão desde o 25 de Abril têm levado a que as administrações tenham sempre mais despesa do que receita. No tempo do Dr. Oliveira Salazar era o contrário mas ele tinha uma regra para esse efeito; fazia com que as receitas ordinárias correspondessem às despesas ordinárias e as despesas extraordinárias fossem cobertas pelas receitas extraordinárias de tal forma que no final do ano económico não apresentava déficits. Isto é cíclico e ao longo dos tempos tem havido acontecimentos que contribuem para os altos e baixos das economias – os chamados negócios de derivados. Os Governos estão a sofrer esses efeitos. Estão a contrair despesas com a ideia de que no futuro vão ter dinheiro para pagar e quando isso não acontece dá-se o desastre. Na história económica existe a evidência de que quanto mais mudam as coisas mais tudo fica na mesma. Os pobres continuam pobres e os ricos continuam ricos

As Contas em análise, respeitantes ao ano económico de 2010 reflectem a execução do Orçamento, como documento orientador, que foi aprovado pela maioria desta Câmara e os resultados são apenas da responsabilidade da maioria que de forma unilateral e sem diálogo na sua construção, o aprovou. A execução orçamental não foi um exercício participativo; o Partido Socialista, que eu saiba não foi ouvido e as Instituições não foram ouvidas. A maioria dos cidadãos não sabem em que se gasta o dinheiro e sugiro que se publiquem as contas integralmente na página da Câmara Municipal e no Boletim Municipal.

Na página 163 do Relatório de Gestão diz-se que na Prestação de Contas não é feita qualquer proposta para apresentação dos resultados líquidos, o que em termos políticos é significativo.

A realização das Grandes Opções do Plano que é a locomotiva da acção política cinge-se à terça parte daquilo que a Autarquia se propõe fazer. Na área das funções sociais havia uma proposta para aplicar dezoito milhões de euros e ficámos nos quatro milhões e novecentos mil.

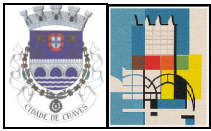
Também nas funções económicas, estavam previstos catorze milhões e ficamos nos quatro milhões e oitocentos mil euros. Nas funções gerais a previsão era de cinco milhões e gastou-se um milhão de euros.

O Relatório de Gestão diz que a Despesa Corrente aumenta embora o Senhor Presidente tenha dito que reduziu. Também não é visível o destino da poupança apesar do Senhor Presidente ter dito que passou para investimento, sendo aplicada em investimentos comunitários, mas podia ter sido aplicada na redução da Dívida; não há um assumir da poupança no sentido de amortizar a Dívida e desta forma poderia ficar mais dinheiro para apoio social.

Os pagamentos a terceiros diminuíram 4,8% e as Receitas caíram 3,6%, nomeadamente três milhões em rendimentos de propriedade, dez milhões na venda de bens de investimento e dezoito milhões nas transferências de capital, num total de mais de trinta milhões.

A Receita foi de 30.739.775,53 € e a Despesa de 31.011.496,78€. As despesas com a Segurança Social e com a Caixa Geral de Aposentações aumentaram, apesar dos cortes havidos nos vencimentos. Há um corte substancial nas transferências de capital para as freguesias

Não encontrei nos Documentos de Prestação de Contas uma política de acção estratégica inteligente que permita a diminuição da despesa. Vamos enfrentar uma recessão durante um período longo e é necessário começarmos a pensar desde já na redução da despesa; na aquisição de bens e serviços foram cortados, em relação ao previsto, 7,7 milhões de euros, onde temos, por exemplo, o pagamento da água em alta, o pagamento pela recolha de lixo à RESINORTE, o pagamento à Auto Viação do Tâmega. Não haverá aqui dívida escondida pelo não pagamento?



A rubrica de Desporto, Recreio e Lazer, tem 650 mil euros de despesa e a rubrica de água e saneamento tem 620 mil, facto que me parece excessivo por estas duas despesas terem valores equivalentes. Não me é possível esmiuçar tudo isto porque a Câmara mandou-me o Relatório mas não me enviou os documentos base.

A Dívida total reportada a Dezembro de 2010 é de 21.755.156,77€. A Receita Corrente foi de 19.875.224,75€; a Dívida Total é maior que a Receita Corrente do Município num ano. Estamos como o País.

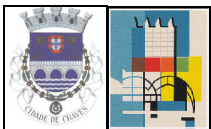
Em 2011 temos 14,2% de Receita arrecadada, mas já temos 48,25% de Despesa comprometida o que me leva a dizer que a Despesa “galopa” e a Receita “marca passo”. Relativamente às obras em curso o mapa que o Senhor Presidente nos forneceu tem obras que foram anuladas, outras que estão totalmente realizadas, mas que estão igualmente enquadradas nas obras em execução. Ora se estão executadas já não estão em execução; não me parece que o mapa esteja correcto. Temos em obras em curso um valor de 11,5 milhões de euros, com sete milhões facturados, ficando, no corrente ano, 4,5 milhões de euros para obras a realizar, o que acho óptimo. Nas obras a realizar, destacam-se a Fundação Nadir Afonso, com 7,5 milhões de euros, o Centro Histórico de Chaves com 1,5 milhões, o acesso da A24/Hospital com 3,4 milhões e o saneamento da Granjinha com 0,7 milhões de euros, para além de outras menores. Mas se em 2011 apenas temos 4,5 milhões de euros como se poderão realizar as obras de Centro Histórico e da Fundação Nadir Afonso?

Pessoalmente em relação à Fundação Nadir Afonso e face às dificuldades da Autarquia, podemos compará-la a um TGV ou um aeroporto em Chaves; vamos gastar um enorme volume de verbas, quando temos dificuldades de ordem pública, como é o abastecimento de água e outros serviços importantes para a cidade, para além de que não temos obras de vulto novas nem uma ideia sobre o futuro próximo do Concelho. O Centro Desportivo e o Centro Comercial ficaram sem efeito e estamos a fechar um ciclo de obras mas não temos previsões para o futuro. Sabemos que há um Plano Director Municipal e outros documentos importantes, mas é necessário criar uma nova ilusão para o futuro próximo. Este Executivo está em fim de ciclo e um ciclo portentoso, com muitas obras, mas torna-se necessário surgir num novo ciclo de investimento e remodelação que deve ser pensado entre todos os elementos da Assembleia Municipal, numa conjuntura não de abastecimento mas decréscimo de receitas.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse preocupar-se que, numa altura de crise profunda, a Câmara defende que tudo o que foi difícil foi por razões exteriores ao Município, o mesmo acontecendo com o que o Senhor Eng.º Sócrates diz do País. Tudo o que foi feito de errado não foi por acção do Governo mas sim resultado da crise internacional.

Seria um bom exemplo, perante a crise e a mudança que se verificou, que houvesse uma capacidade da Autarquia de um mínimo de análise crítica das suas contas, do que fez e do que não fez. Não estou a por em causa a honestidade das contas e as boas intenções, mas existe a necessidade de modificar a perspectiva das coisas para que haja mais capacidade de autocrítica. O Senhor deputado Francisco Melo tem grande capacidade de analisar as coisas, mas retira-lhe a seriedade com os apartes que introduz no seu discurso e foi importante o desafio que fez quando disse: «daqui para a frente como vamos ajustar os projectos da Região à situação actual».

Estamos muito baseados nos dezoito milhões de euros que vêm das barragens para cobrir a parte do financiamento da Autarquia numa série de projectos participados por Fundos Comunitários. A IBERDROLA só está no investimento para ir buscar os lucros e que sejam grandes e garantidos. A crise pode vir a colocar em questão esta situação. As Despesas com Pessoal diminuíram e as Despesas de Capital aumentaram, mas aumentaram nas empresas municipais às quais a CDU sempre se opôs, porque serviram para baralhar a transparência e as contas da Autarquia. Seria útil analisar a



forma de fazer os ajustes em termos de futuro e que cada um de nós possa entender do que se está a falar. Eu sei que a realidade é complexa mas existem maneiras de simplificar as coisas em aspectos essenciais para se tomar uma orientação.

O Partido Socialista levantou a questão da Fundação Nadir Afonso. Se o Grupo Municipal do PS entende que esta obra não deve ser feita, deve assumi-lo com transparência e não vir dar a entender que será o TGV da Câmara Municipal de Chaves. Entendo que esta é a pior maneira de fazer política.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – respondeu às questões que lhe foram colocadas dizendo que são sistematicamente levantadas suspeitas o que não devia acontecer. Ou são as contas que estão camufladas, ou que não estão os valores todos, ou que as empresas municipais baralham a transparência etc.

A Autarquia só tem uma Empresa Municipal (que gere as Termas), deu lucro e está incluída nas contas da Câmara. O que disse o Senhor deputado Manuel Cunha sobre a intervenção do Senhor deputado Francisco Melo vale para tudo. Em filosofia há um princípio que diz que de premissas falsas nunca há conclusões verdadeiras. As duas intervenções anteriores partiram de situações erradas por isso não podem ter conclusões verdadeiras.

Os documentos em análise apresentam as Contas da Autarquia relativas ao ano de 2010; os números são inalteráveis e estão disponíveis quer no site do Município, quer no site da DGAL. Hoje vir aqui dizer que não se tem conhecimento das situações é mais uma premissa falsa.

O que mais me impressiona é que, com toda a transparência vertida nos documentos, com a facilidade de obtenção dos mesmos, de consultarem os especialistas que entenderem, continuam com o discurso demagógico e populista da suspeita que não cabe nesta Assembleia Municipal e que não é sério.

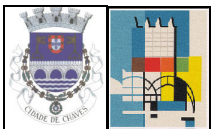
O Senhor deputado Manuel Cunha veio aqui fazer um discurso nacional; fala em Empresas Municipais, quando em Chaves só existe uma e em situações gerais que em nada contrariam o que eu aqui disse. Vir aqui com um discurso genérico é a maneira mais simples, mais demagógica e mais populista de analisar um documento concreto e objectivo. E é isso que se requer nesta Assembleia – objectividade, seriedade e respeito pelos números.

Relativamente à intervenção do Senhor Dr. Francisco Melo, devo esclarecê-lo que o endividamento é total e não só relativo às receitas correntes; nem se pagam dívidas só com receitas correntes. As receitas de capital são exactamente para pagar obras que geram dívidas. A maioria das dívidas em obras paga-se exactamente com receitas de capital.

O que poderá colocar-se em paralelo com a situação do País é quando uma dívida tem sustentabilidade e pode ser paga, agora ou daqui a algum tempo; outra questão é contrair uma dívida que à partida todos sabemos que não vai ser paga. Na Câmara de Chaves existe uma dívida mas temos sustentabilidade para a pagar e basta somar tudo o que está facturado e não pago à Câmara mais os proveitos diferidos para superar largamente o total da dívida. Isso significa que o proveito diferido – essencialmente fundos comunitários – foi dinheiro conseguido no ano 2010, mas que será recebido a seguir e vai pagar dívidas de obras.

O Senhor deputado Francisco Melo quando olha para o PPI refere números mas aí existem obras programadas para mais do que um ano; uma obra que tem de execução dezoito meses consta do PPI na sua totalidade mas não tem a execução em apenas um ano e, se por ventura, atrasa o início da execução pode haver obras que estão inscritas num ano com um determinado montante, que contam para o geral, com execução zero, mas vão ter execução no ano seguinte. Isto é que é seriedade.

A Dívida da Câmara de Chaves é superior àquela que nós gostaríamos, mas é sustentável porque a riqueza criada e o que nos devem dá para a pagar. E enquanto



isso acontecer não precisaremos de ajuda externa, só a necessitaremos no dia em que não for coberta com as nossas capacidades.

A economia e as pessoas. A economia não pode ser vista sem as pessoas e hoje, mais do que nunca, o que está em causa são as pessoas, mas também há um princípio na economia que nos diz que a economia se baseia exactamente na incerteza e, quem na incerteza for capaz de prever melhor, será o que terá melhores resultados.

Senhor deputado Manuel Cunha nós sabemos que nem tudo está perfeito e assumimos claramente os erros, porque só ao assumi-los é que podemos corrigi-los. Temo-los assumido e temo-los corrigido, por isso é que há situações que num determinado momento e num determinado contexto são pensadas de uma forma e depois são alteradas. Cada um analisa as coisas pelo seu prisma e quem se julga perfeito entende que os outros também têm de o ser. Estamos aqui a defender as nossas ideias, os nossos princípios, os factos, a verdade sem qualquer problema.

O Senhor deputado Francisco Melo disse que o Orçamento para 2010 não teve participação mas a verdade é que todos os partidos da oposição foram convidados de acordo com o que determina o Estatuto da Oposição. Se não participaram foi porque não quiseram, mas é mais fácil não comparecer para poder criticar do que o contrário. É preciso assumir. Desde que este Executivo está à frente dos destinos da Autarquia nunca deixou de cumprir o Estatuto da Oposição. Se os Partidos são convidados para analisar a nossa proposta, aportar as suas sugestões e não o fazem, o mínimo que deviam fazer nesta altura era assumirem esse facto.

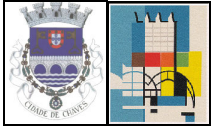
Sobre a questão de aplicação dos resultados devo dizer que quando os resultados são negativos não pode haver aplicação.

As Despesas Correntes, no ano de 2008 foram de 18.902.000,00€, em 2009 foram de 17.346.000,00€ e no ano de 2010 foram de 16.492.000,00€, o que significa que baixaram dois milhões e meio de euros entre 2008 e 2010. Esta é a realidade.

Sobre as Despesas com Pessoal disse anteriormente que desceram os encargos com salários mas que subiram os da Segurança Social e ADSE e só para esta última Instituição transferimos, no último ano, mais de quatrocentos mil euros, relativamente a dívidas anteriores, como referem os documentos em apreciação. É um custo que onera as Despesas com Pessoal, mas não é despesa com salários. As despesas com salários em 2010 só tiveram decréscimo de 5% para os vencimentos dos cargos políticos a partir do mês de Junho. Esse decréscimo deve-se essencialmente aos pedidos de reformas que entretanto foram deferidas.

Esclareço o Senhor deputado Francisco Melo que não é transferida qualquer verba da Câmara para pagar salários na Escola Profissional e na Escola de Enfermagem. Cada uma dessas entidades é perfeitamente autónoma em termos de receitas e despesas. Para Escola de Enfermagem, foi um subsídio que tinha sido atribuído pela gestão do Partido Socialista, com o Dr. Altamiro na Autarquia, destinado à construção das suas instalações. A partir daí a Escola sempre foi auto-suficiente em termos económicos. Com a Escola Profissional acontece exactamente a mesma coisa. Ao vir aqui falar nestes e noutros Organismos (caso do Parque Empresarial) é lançar suspeição sobre uma situação que é extremamente clara e quando se lança este "fumo" não é correcto nem para as respectivas Instituições nem para as pessoas que ali trabalham porque merecem todo o nosso respeito e consideração.

Já assumi que estamos em falta relativamente a transferências para as freguesias, relativamente aos protocolos assinados, e já agradeço por várias vezes a compreensão dos Senhores Presidentes de Junta nesse sentido. Mas recordo mais uma vez esta Assembleia que os investimentos nas freguesias não se reduzem apenas ao Protocolos estabelecidos; têm vindo a ser executadas outras obras pela Câmara Municipal que as fiscaliza e as paga, nomeadamente redes de saneamento, abertura de novas estradas, reconstrução de muros em vias municipais e manutenção de infra-estruturas. Este



Executivo desde 2002 até esta data já transferiu para as Juntas de Freguesia mais de doze milhões de euros, mas o investimento total nas freguesias, durante esse período foi muito superior a trinta milhões. Não há dívidas escondidas.

Sobre os documentos, lembro o Senhor deputado Francisco Melo que o que vem sendo feito, porque foi assim combinado, é entregar um dossier completo a cada grupo parlamentar e distribuir o Relatório pelos restantes deputados. Mas também o esclareço que a Câmara de Chaves não fornece água inquinada a ninguém. São expressões infelizes que nada têm a ver com a realidade. A entidade Reguladora faz uma vigilância inspectiva muito apertada quer à Câmara quer às freguesias.

A informação sobre as obras é actualizada em cada Assembleia Municipal e dela constam obras executadas a 100% fisicamente, mas que financeiramente não estão totalmente pagas. Quando estão concluídas e totalmente pagas saem do mapa. Só são anuladas obras cujos concursos ficam desertos.

ANA MARIA RODRIGUES COELHO do PSD – usou da palavra para se referir ao Documento de Prestação de Contas em discussão dizendo:

“A necessidade de racionalização de recursos escassos para satisfação de necessidades ilimitadas, obriga necessariamente à realização de escolhas e a existência de desvios face ao planeado, posteriormente justificados em actos de prestação de contas, como este que hoje aqui decorre.

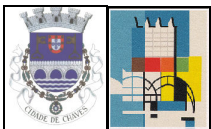
Num ano em que a crise financeira, económica e social em Portugal, se agudizou de forma profunda, o Município de Chaves viu-se mais do que nunca, confrontado com a necessidade de gerir minuciosamente, recursos cada vez menores, para satisfação das necessidades das suas populações, em áreas tão diversificadas como a Acção Social, Saúde, Educação, Actividades Económicas, Habitação, Abastecimento de Água e Saneamento, Ambiente e Natureza, Cultura, Turismo, Transportes e Outras.

As Contas apresentadas pelo Executivo Camarário, são um retrato verdadeiro da posição financeira do Município em 31 de Dezembro de 2010, sempre em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL, nas quais me parece relevante realçar alguns aspectos:

1. Do ponto de vista da situação económico-financeira, o município registou o resultado líquido negativo mais baixo dos últimos três anos (17 008,90€), tendo no entanto mantido o crescimento do seu Activo Líquido e dos seus Fundos Próprios. O peso do endividamento de médio a longo prazo diminuiu e o índice de liquidez geral subiu de 43,02% para 78,41%. As dívidas a terceiros de curto prazo cresceram 24,9%, contra os 146,17%, de crescimento nas dívidas de terceiros de curto prazo, revelando as dificuldades sentidas pelos clientes e utentes do município no cumprimento das suas obrigações perante este.

2. No que respeita à Execução Global do Orçamento, as taxas de execução de receitas e despesas ficaram aquém do previsto, 47,3% e 49% respectivamente. Apesar deste facto, é notório o esforço e trabalho que o município tem vindo a desenvolver, em matéria de equilíbrio orçamental, atingindo uma taxa de execução da receita corrente de (77,6%), a qual permitiu financiar as despesas correntes, (cuja execução atingiu 65,7%) e ainda 11,9% das despesas de capital.

A execução menos conseguida das receitas de capital é justificada pela dificuldade de concretização da alienação de alguns bens de investimento e pelo atraso nos ciclos de reembolsos provenientes de fundos comunitários e estatais, os quais poderiam contribuir para o aumento do volume de despesa paga. Os projectos comunitários em execução, demonstradores do esforço de crescimento e desenvolvimento que o município empreende de há anos a esta parte, exigem um forte esforço financeiro e de tesouraria, fruto da metodologia de pagamentos em vigor e da necessidade de comparticipação de parte dos investimentos. Ficaram por efectivar-se no decurso de 2010, reembolsos no valor de 236 722,46€, mas cuja execução dos respectivos



projectos foi assumida pelo município, além disso foram diferidos proveitos oriundos de fundos FEDER de montante superior a 30 000 000€.

3. Em matéria da estrutura das despesas e receitas, o Município manteve o esforço de poupança já empreendido no ano anterior, conseguindo uma redução adicional da despesa total de 3,37%, a somar aos 12,17% registados em 2009, sendo que a redução das despesas correntes correspondeu a 4,92%, e tinha já sido de 8,2% de 2009.

De entre as categorias incluídas na Despesa Corrente, é importante realçar a redução de mais de 50% com a rubrica “Juros e Outros Encargos” bem como a contenção nas Despesas com Pessoal, cujo ligeiro acréscimo se deve exclusivamente ao acréscimo registado nos encargos associados aos salários. Do lado das receitas, registou-se um aumento ligeiro de 0,56% nas receitas correntes e uma quebra acentuada de 7,06% nas receitas de capital. Os impostos directos e indirectos, que representam 22,68% da receita corrente e 14,64% da receita total sofreram uma quebra de 4,95%, evidenciando a profunda crise que o país atravessa, e que condiciona fortemente a actividade e capacidade financeira das empresas e dos cidadãos em geral.

4. É importante realçar também, a distribuição da execução do orçamento face às Grandes Opções do Plano. Pese embora a execução total deste não seja excepcional, importa referir que dos 10 944 691,72€ executados, 45,79% destinaram-se a Funções Sociais e 44,37% a Funções Económicas. Dentro destas destacam-se o montante afecto à Educação (17,22%) e aos transportes rodoviários (36,35%).

5. No tocante aos montantes de endividamento, em 2010, o Município não só cumpriu os limites legais de endividamento líquido, como conquistou uma distância expressiva face ao exigido, no montante de 8 099 404,37€, obtendo uma margem confortável nesta matéria.

Num ano em que todos os esforços nacionais foram colocados na correcção das contas públicas, o Município de Chaves, evidencia a consolidação do trabalho já iniciado em 2009 nesta matéria, conseguindo apesar de todas as dificuldades, fazer poupanças e minimizar os resultados líquidos negativos registados.

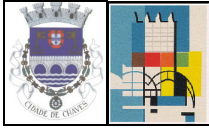
Este facto torna-se tanto mais relevante, quando consideramos que o mesmo é conseguido, mantendo o município um grande esforço de investimento nas funções sociais e económicas no concelho, em contraposição àquela que é a tônica a nível nacional, onde os grandes cortes têm vindo a ser impostos no apoio social e às empresas, e os grandes sacrifícios exigidos aos trabalhadores e aos mais desfavorecidos.

Consideramos portanto, que o trabalho desenvolvido pelo Município ao longo de 2010, merece ser destacado, na medida em que conjugou a poupança, com o investimento em áreas fundamentais para o desenvolvimento do concelho, ao mesmo tempo que permitiu o enriquecimento do património municipal, com infra-estruturas e equipamentos diversos, que constituem importantes instrumentos de dinamização socioeconómica do território, e por conseguinte, uma fonte de competitividade e de melhoria da qualidade de vida, para as empresas e para a população aqui instaladas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – disse subscrever totalmente o que foi dito pela Senhora deputada Ana Coelho na sua intervenção que até referiu aspectos que ele se esqueceu de comentar.

Fui agora informado e foi confirmado que os documentos que a Senhora deputada Brigitte referiu foram entregues ao Senhor Deputado Francisco Pinto de Barros, na qualidade de Presidente do Grupo Municipal do PS, no passado dia 19, conforme documento de confirmação em meu poder. Gostaria que a Senhora deputada retirasse a frase que proferiu de “falta de seriedade” quando os documentos foram entregues há oito dias nos termos do Regimento.

O Senhor deputado Francisco Melo falou num novo ciclo e nas obras. Há duas situações que constam do Programa eleitoral do PSD para o mandato 2009/2013. A



nossa prioridade é realizar obras comparticipadas pelos Fundos Comunitários e em 2009 quando o País ainda aumentava vencimentos, e tudo parecia perfeito, na Câmara de Chaves já prevíamos apenas a realização de obras financiadas. São obras voltadas essencialmente para as pessoas – Acção Social, Regeneração Urbana, Actividades Económicas e Cooperação e dizer que este não é um Programa para o presente e para o futuro julgo ser uma distração que não merecemos.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que o Senhor Presidente da Câmara falou muito mas não entendeu o essencial da sua intervenção e não foi capaz de assumir aquilo que nos projectos para 2010 estava errado. A única coisa clara que disse foi que gostava de ter transferido mais dinheiro para as Juntas de Freguesia e que não o fez por causa da crise.

“ O Senhor Presidente não percebeu que o desafio que lhe foi feito, e foi feito com boa intenção, é uma reflexão sobre uma série de situações, nomeadamente o Parque Desportivo, as novas Piscinas Municipais. A minha intenção é reflectir nos projectos de futuro e saber como os ajustar à nova realidade.

O PRESIDENTE DA CÂMARA usou novamente da palavra para responder à intervenção anterior.

Há coisas que efectivamente incomodam e uma delas é falar de falta de seriedade quando não existe. Há situações que são alteradas para serem melhoradas, mas não devemos ser nós a vir a esta tribuna dizer o que está mal. Isso compete à oposição fazê-lo. Sabemos ouvir as críticas e já provámos, em muitos casos, que situações que são detectadas nas sessões da Assembleia e não estão correctas são posteriormente por nós devidamente alteradas.

Não vi o Senhor deputado pronunciar-se sobre o essencial da minha intervenção sobre o presente e o futuro do Município e eu disse claramente o que estamos a fazer agora e o que pretendemos fazer no futuro.

Posta à votação a presente Proposta foi aprovada com 87 votos a favor, 14 abstenções (13 do PS e 1 da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato

PONTO 3. - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO Nº. 1 DO ARTº 6º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES DE 22/02/2011.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta Proposta se prende com o facto da alteração feita ao Organigrama do Município de Chaves que mudou a designação do Departamento e introduziu a Divisão de Vias Municipais e Trânsito, em cuja área de actuação está a Toponímia. A Comissão de Toponímia mantém os mesmos elementos e não há qualquer aumento de despesa com esta alteração.

Posta à votação a presente Proposta foi aprovada com 87 votos a favor, 3 abstenções do PS e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato

4. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES.

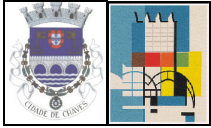
O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** – sugeriu que, à semelhança de processos anteriores, em vez de eleição passe a nomeação através de uma lista de consenso entre os grupos Municipais, indicando o nome dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Chaves.

Por consenso foram indicados os seguintes nomes:

EFFECTIVOS:

Luís Dias de Carvalho

Márcia Cristina de Jesus Teixeira



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 02/2011

Anselmo José Martins
Rui Jorge da Silva Oliveira

SUPLENTEs:

Maria Antónia C. Chaves Esteves
José António Trindade Mendes
Lícinia Isabel Carrazedo Alves

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

O 1º. Secretário, _____

O 2º. Secretário _____

A Funcionária _____